

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.081 - RS (2012/0262146-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : PAULO ANTÔNIO VIEIRA PASETTI E OUTRO**  
**ADVOGADO : PAULO ANTÔNIO VIEIRA PASETTI (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS027059**  
**RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS : CLÓVIS KONFLANZ - RS022871**  
**MARCOS DE BORBA KAFRUNI - RS016758**  
**SOLANO CARDOSO BECKER - RS033577**  
**RICARDO GONZALEZ TAVARES E OUTRO(S) - RS047246**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por PAULO ANTÔNIO VIEIRA PASETTI e OUTRO, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, ementado nos seguintes termos:

SFH. CONTRATO DE MÚTUO HIPOTECÁRIO. PRESTAÇÕES. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. REVISÃO. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO. QUITAÇÃO PARCIAL.

A parte autora não comprovou as ilegalidades apontadas na cobrança dos encargos contratuais, especialmente no que toca à aplicação do critério da equivalência salarial.

Verificada a ocorrência de amortização negativa e determinada a formação de conta apartada de juros não -pagos, evitando-se o anatocismo.

Declarada a liberação da dívida até o limite dos valores consignados.

Mantida a sentença, porquanto alinhada à orientação legal e jurisprudencial referente à matéria, observados os limites dos pedidos formulados pelas partes.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 886/930, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto regional, aos artigos 333, I, 396, 437, 458, 515, § 3º, 535, I e II, todos do CPC/1973; artigos 51, III, IV, XI, XI, e § 1º, 52 e 54, § 2º, todos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90); artigo 12 da Lei 1060/50; artigos 5º e 10, § 1º, da Lei nº 4.380/64; § 4º do art. 9º do Decreto-lei 2.164/84.

Sustenta, para tanto: **a)** negativa de prestação jurisdicional pela instância de origem; **b)** a existência de anatocismo; **c)** a inobservância do plano de equivalência salarial; **d)** o reajuste do saldo devedor pela taxa referencial; e, **e)** a inaplicabilidade do coeficiente de equiparação salarial.

Sem contrarrazões.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 954/955, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não merece** prosperar.

**1.** Não houve violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, visto que as

alegações realizadas em sede de embargos de declaração na origem visavam tão-somente rediscutir as matérias decididas pelo acórdão regional, ora recorrido, em nítido caráter infringente.

2. Esta Corte, em julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, firmou entendimento de que, por ausência de previsão legal, nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade.

No entanto, face ao recente pronunciamento proferido pela Segunda Seção no julgamento do REsp n.º 1.095.852/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, independe de pactuação a incidência de capitalização anual de juros.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SFH. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. ENCARGOS MENSIS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 CC 2002. ART. 993 CC 1916.

1. Interpretação do decidido pela 2ª Seção, no Recurso Especial Repetitivo 1.070.297, a propósito de capitalização de juros, no Sistema Financeiro da Habitação.

2. Segundo o acórdão no Recurso Repetitivo 1.070.297, para os contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação até a entrada em vigor da Lei 11.977/2009 não havia regra especial a propósito da capitalização de juros, de modo que incidia a restrição da Lei de Usura (Decreto 22.626/33, art. 4º). Assim, para tais contratos, não é válida a capitalização de juros vencidos e não pagos em intervalo inferior a um ano, permitida a capitalização anual, regra geral que independe de pactuação expressa. Ressalva do ponto de vista da Relatora, no sentido da aplicabilidade, no SFH, do art. 5º da MP 2.170-36, permissivo da capitalização mensal, desde que expressamente pactuada.

3. No Sistema Financeiro da Habitação, os pagamentos mensais devem ser imputados primeiramente aos juros e depois ao principal, nos termos do disposto no art. 354 Código Civil em vigor (art. 993 Código de 1916). Entendimento consagrado no julgamento, pela Corte Especial, do Recurso Especial n.º 1.194.402-RS (Relator Min. Teori Albino Zavascki), submetido ao rito do art. 543-C.

4. Se o pagamento mensal não for suficiente para a quitação sequer dos juros, a determinação de lançamento dos juros vencidos e não pagos em conta separada, sujeita apenas à correção monetária, com o fim exclusivo de evitar a prática de anatocismo, encontra apoio na jurisprudência atual do STJ. Precedentes.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1095852/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

No caso, o Tribunal local declarou ter sido contratada a utilização da Tabela *Price* como sistema de amortização do importe mutuado, asseverando que a sua utilização **não redund**a em capitalização de juros:

Conforme se verifica no contrato juntado aos autos, foi adotado pelas partes o sistema Francês de amortização, o qual é admitido pela ampla jurisprudência do egrégio Tribunal Regional Federal da Quarta Região: (TRF4, EIAC 2003.72.06.000082-6, Segunda Seção, maioria de 5 a 1,

Relator Marga Inge Barth Tessler, D.E. 29/10/2007).

Tal sistema de amortização não contém em si capitalização de juros ou juros compostos (embora esses conceitos sejam usados para cálculo das parcelas iguais e sucessivas). São maiores os juros pagos em relação a algum sistema de juros simples, porque a amortização do capital é postergada para o final do plano, enquanto o pagamento de juros é privilegiado. A diferença com relação à repartição do capital em parcelas iguais e sucessivas e aplicação de juros simples para cada parcela conforme o tempo para seu pagamento, está no fato de no sistema francês de amortização o capital ser usado por mais tempo, já que é amortizado em pequena fração no início do plano, resultando em amortização menor do capital e consequente empréstimo de fração maior por mais tempo.

Inviável, em âmbito de recurso especial, por óbice da Súmula 07 do STJ, a verificação da existência da capitalização de juros nesse sistema de amortização, por demandar o reexame de conteúdo fático e probatório dos autos.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS VEDADA EM QUALQUER PERIODICIDADE. TABELA *PRICE*. ANATOCISMO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7. ART. 6º, ALÍNEA "E", DA LEI Nº 4.380/64. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO .

1. Para efeito do art. 543-C:

1.1. Nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. **Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7.**

1.2. O art. 6º, alínea "e", da Lei nº 4.380/64, não estabelece limitação dos juros remuneratórios.

2. Aplicação ao caso concreto:

2.1. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido, para afastar a limitação imposta pelo acórdão recorrido no tocante aos juros remuneratórios.

(REsp 1.070.297/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/2009, DJe 18/09/2009)

**3.** A tese de desrespeito ao reajuste previsto pelo Plano de Equivalência Salarial - PES, no presente contrato de mútuo hipotecário, restou **fundamentadamente** afastada no acórdão recorrido.

Com efeito, o Tribunal *a quo*, após o exame das provas coligidas na instrução da ação de consignação em pagamento, expressamente asseverou que as provas documentais evidenciaram a observância do contrato pelo agente financeiro, tendo sido respeitado os índices de reajuste acordados.

É, aliás, o que se extrai do seguinte excerto ora transcrito (fl. 860, e-STJ):

Cabe frisar, em cotejo com a perícia contábil realizada nos autos (fls. 544-573) e o demonstrativo de débito juntado pela CEF (fl. 586), que o valor apurado quanto ao saldo devedor entre ambos é similar, com pequena disparidade. A perícia, desconsiderando os juros remuneratórios e moratórios, concluiu um saldo devedor de R\$ 64.693,55. Já, o valor apurado

pela ré foi de R\$ 62.740,70.

Isso demonstra que a conduta da ré no que concerne aos valores pactuados foi efetivamente observada.

Tem-se, assim, que não há como, em sede de recurso especial, reconhecer a tese dos mutuários de que o plano de equivalência salarial foi desrespeitado pela instituição financeira credora, mormente porque a instância ordinária, mediante a análise das circunstâncias fáticas e probatórias, consignou a sua observância, o que atrai, na hipótese, o óbice insculpido no enunciado da Súmula 07 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL - COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL.

1.- A convicção a que chegaram as Instâncias ordinárias, acerca da ocorrência de desrespeito ao Plano de Equivalência Salarial, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

2.- Por fim, inviável a pretensão de se aplicar o CES (Coeficiente de Equiparação Salarial), tendo em vista que a Corte local afirmou a ausência de previsão contratual nesse sentido, de modo que, para se alcançar conclusão diversa seria necessário revolvimento de matéria fático-probatória e análise contratual, tarefa que encontra óbice nos Súmulas 5 e 7 deste Tribunal.

3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 155.175/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 01/06/2012)

4. No ponto, inexistente interesse de agir dos recorrentes, quanto à tese de reajuste do saldo devedor pela taxa referencial - TR, visto que, consoante se depreende da leitura do acórdão ora recorrido, foi reconhecida pela Corte Regional a legalidade da utilização da TR para o reajuste do saldo devedor do referido contrato.

É, aliás, o que se extrai do seguinte excerto (fl. 861, e-STJ):

Logo, se reconhece a legalidade da utilização da TR para contratos que tenham previsto como critério de atualização do saldo devedor a utilização do indexador das cadernetas de poupança.

5. Por fim, quanto à incidência do coeficiente de equiparação salarial - CES, observa-se da acurada leitura dos autos que tanto a sentença quanto o acórdão recorrido foram omissos em asseverar se o CES estava ou não previsto no contrato de mútuo hipotecário firmado entre as partes, olvidando-se os recorrentes de oporem embargos de declaração para sanarem a apontada omissão. Logo, não há como na instância especial, em razão da incidência da Súmula 05 do STJ, revolver o conjunto fático-contratual que fundamenta a presente pretensão.

Nesse diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SFH. CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. FORMA DE CORREÇÃO DO SALDO

DEVEDOR. LEGALIDADE. TABELA *PRICE* E COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DESTA CORTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FORMA SIMPLES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDIMENSIONAMENTO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no tocante à possibilidade de correção do saldo devedor do contrato de mútuo habitacional antes da amortização da prestação mensal.

2. O entendimento da Terceira e Quarta Turmas desta Corte no sentido de que verificar a ocorrência de anatocismo no Sistema Francês de Amortização, ou seja, na tabela *price*, é questão que não prescinde da incursão no contrato e nos elementos fáticos da demanda, o que atrai a censura das Súmulas 05 e 07/STJ.

**3. Com relação ao Coeficiente de Equiparação Salarial - CES, este Pretório orienta-se na direção de ser possível sua cobrança, desde que haja previsão contratual. Na hipótese, far-se-ia necessária a interpretação de cláusulas contratuais a fim de verificar sua contratação, providência vedada em sede especial, a teor da Súmula 5/STJ.**

4. *"No tocante à repetição do indébito, este Tribunal já decidiu pela sua admissão, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro; todavia, tão-somente, em sua forma simples."*

5. *"Consoante entendimento pacificado nesta Corte, o valor da indenização por dano moral só pode ser alterado na instância especial quando se mostrar ínfimo ou exagerado, o que não ocorre no caso vertente."*

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 988.007/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 04/05/2009)

**Saliente-se, ademais, nesse ponto, que a omissão sobre a previsão ou não do CES no contrato de mútuo não foi argüida pelos mutuários em sede de embargos de declaração, cuja oposição se ateve apenas a rediscutir provas periciais utilizadas na cobrança de outros encargos. Por essa razão, não há como nessa instância se suprir tal deficiência.**

**6. Ante o exposto, com amparo na Súmula 568 do STJ e no art. 932 do NCPC, nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator